

Associação Social Santa Maria Borba da Montanha

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
1. Identificação da Entidade	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1. Bases de Apresentação	6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Inventários	13
7. Rédito	13
8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10. Imposto sobre o Rendimento	14
11. Benefícios dos empregados	14
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
13. Outras Informações	14
13.1. Investimentos Financeiros	15
13.2. Clientes e Utentes	15
13.3. Outras contas a receber	15
13.4. Diferimentos	15
13.5. Outros Ativos Financeiros	16
13.6. Caixa e Depósitos Bancários	16
13.7. Fundos Patrimoniais	16
13.8. Fornecedores	16
13.9. Estado e Outros Entes Públicos	16
13.10. Outras Contas a Pagar	17
13.11. Outros Passivos Financeiros	17
13.12. Subsídios, doações e legados à exploração	17
13.13. Fornecimentos e serviços externos	17
13.14. Outros rendimentos e ganhos	18
13.15. Outros gastos e perdas	18

13.16. Resultados Financeiros	18
13.17. Acontecimentos após data de Balanço	18

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		146.434,00	155.741,61
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento		428,33	299,89
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		146.862,33	156.041,50
Ativo corrente			
Inventários			
Utentes		3.420,42	2.665,76
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		2.910,68	1.827,58
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		36.082,77	43.908,51
Diferimentos		2.700,40	2.477,03
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		273.625,54	256.983,61
Subtotal		318.739,81	307.862,49
Total do Ativo		465.602,14	463.903,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		69.179,52	69.179,52
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		260.810,81	234.436,42
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		102.600,00	105.300,00
Resultado Líquido do período		6.783,78	26.374,39
Total do fundo do capital		439.374,11	435.290,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores		12.006,63	11.421,40
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		1.760,68	1.328,33
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		12.203,04	11.693,28
Outras contas a pagar		257,68	4.170,65
Outros passivos financeiros			
Subtotal		26.228,03	28.613,66
Total do passivo		26.228,03	28.613,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		465.602,14	463.903,99

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		89.494,50	95.493,33
Subsídios, doações e legados à exploração		128.170,92	128.177,65
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(82.424,82)	(77.313,47)
Fornecimentos e serviços externos		(41.671,02)	(33.190,42)
Gastos com o pessoal		(81.366,52)	(80.547,88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3.050,00	3.342,00
Outros gastos e perdas		(408,80)	(2.553,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14.844,26	33.407,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(9.307,61)	(9.694,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.536,65	23.713,56
Juros e rendimentos similares obtidos		1.247,13	2.661,89
Juros e gastos similares suportados			(1,06)
Resultados antes de impostos		6.783,78	26.374,39
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		6.783,78	26.374,39

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Social de Santa Maria de Borba da Montanha é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede em Travessa de Santa Maria de Borba, n.º 64 – Borba da Montanha . A Associação Social de Santa Maria de Borba da Montanha tem como objectivo o apoio á terceira idade e a crianças.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- NCRF ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Decreto – Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho;
- Código de Contas – Portaria n.º 106/2012 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro;
- SNC - Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de construção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou construção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não aumentem a vida útil dos mesmos.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método de quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	Entre 2 e 8 anos
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo

que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados pelo custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores / doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	175.590,27					175.590,27
Edifícios e outras construções	33.410,27					33.410,27
Equipamento básico	92.399,17					92.399,17
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico	19.272,72					19.272,72
Equipamento administrativo	354,34					354,34
Outros Ativos fixos tangíveis	321.026,77					321.026,77
Total						
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	35.453,38		3.511,81			38.965,19
Equipamento básico	32.430,25		515,68			32.945,93
Equipamento de transporte	68.080,09		5.666,89			73.746,98
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.272,72					19.272,72
Outros Ativos fixos tangíveis	354,34					354,34
Total	155.590,78		9.694,38			165.285,16

31 de Dezembro de 2018	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	175.590,27					175.590,27
Equipamento básico	33.410,27					33.410,27
Equipamento de transporte	92.399,17					92.399,17
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.272,72					19.272,72
Outros Ativos fixos tangíveis	354,34					354,34
Total	321.026,77					321.026,77
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	38.965,19		3.511,81			42.477,00
Equipamento básico	32.945,93		128,91			33.074,84
Equipamento de transporte	73.746,98		5.666,89			79.413,87
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.272,72					19.272,72
Outros Ativos fixos tangíveis	354,34					354,34
Total	165.285,16		9.307,61			174.592,77

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	77.311,47	0,00	0,00	82.424,82	0,00	0,00
Total				0,00			0,00

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	77.313,47	82.424,82
Variações nos inventários da produção		

7. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	89.494,50	95.493,33
Infância e juventude	3.910,65	4.044,38
Apoio domiciliário	69.772,31	71.655,42
Protocolo CM	15.811,54	19.793,53
Total	89.494,50	95.493,33

8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2017, não se constituiu provisões.

Passivos contingentes

Inexistentes nesta entidade.

Ativos contingentes

Inexistentes nesta entidade.

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Comparticipação da Segurança social	128.170,92	125.410,80
Câmara Municipal		
Subsídio ao Investimento		
Apoios do Governo	0,00	2.766,85
IEFP	0,00	2.766,85
Total	128.170,92	128.177,65

10. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluído as tributações autónomas.

Imposto sobre o Rendimento

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais de trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	66.934,65	67.425,56
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	13.792,36	13.122,32
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	639,51	0,00
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	9,60
Total	81.366,52	80.547,88

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

No ano 2018 e 2017 existe os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2018	2017
Investimentos financeiros	428,33	299,89
Fundo Compensação Trabalho	428,33	299,89

13.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	3.420,42	2.665,76
Clientes		
Utentes	3.420,42	2.665,76

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes “*Perdas por Imparidade*”:

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2018	2017
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	191,51
Total	0,00	191,51

13.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outros Devedores	36.082,77	43.908,51
Perdas por Imparidade		
Total	36.082,77	43.908,51

13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Com seguros	2.700,40	2.477,03
Total	2.700,40	2.477,03
Rendimentos a reconhecer		
Subsidio investimento		
Remunerações a liquidar	12.203,04	11.693,28
Total	12.203,04	11.693,28

13.5. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, qualquer investimentos financeiro.

13.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	33.625,54	16.983,61
Depósitos a prazo	240.000,00	240.000,00
Outros		
Total	273,625,54	256.983,61

13.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	69.179,52			69.179,52
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	234.436,42	26.374,39		260.810,81
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	105.300,00		(2.700,00)	102.600,00
Total	408.915,94	26.374,39	(2.700,00)	432.590,33

13.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	12.006,63	11.421,40
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
Total	12.006,63	11.421,40

13.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	261,90	559,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.648,78	1.268,58
Outros Impostos e Taxas		
Total	2.910,68	1.827,58

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	35,73	25,42
Segurança Social	1.724,95	1.302,91
Outros Impostos e Taxas		
Total	1.760,68	1.328,33

13.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	0,00	-	4.170,65
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	0,00	-	4.170,65

13.11. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 não existe nenhum passivo financeiro.

13.12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017 os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Comparticipação da Segurança social	128.170,92	125.410,80
Câmara Municipal		
Subsídio ao Investimento		
Apoios do Governo	0,00	2.766,85
IEFP	0,00	2.766,85
Total	128.170,92	128.177,65

13.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Combustíveis	17.455,88	16.571,63
Conservação e reparação	9.994,48	4.700,45
Limpeza higiene e conforto	4.372,45	3.451,49
Outros	9.848,21	8.466,85
Total	41.671,02	33.190,42

13.14. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento		
Subsidio para investimento	2.700,00	2.700,00
Outros	350,00	642,00
Total	3.050,00	3.342,00

13.15. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Imposto de Selo	10,80	22,90
Taxas	313,00	534,12
IMI	0,00-	1.380,04
Outros gastos e perdas	85,00	424,70
Dividas incobráveis	0,00	191,51
Total	408,80	2.553,27

13.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	1,06
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	0,00	1,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.247,13	2.661,89
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	1.247,13	2.661,89
Resultados financeiros	1.247,13	2.661,89

13.17. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela direcção em 31/03/2019.

O contabilista certificado:

Paulo Ferreira



A direção: